



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO VI - Número 63
Brasília, 10/10/2011

MULHERES EM PAUTA

Fiocruz adere ao Pró-Equidade de Gênero

Foto:
ARQUIVO FIOCRUZ

Na sexta-feira (08/05), no Rio de Janeiro, a Fiocruz aderiu a terceira edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, em cerimônia realizada na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). A ministra Nilcéa considera a adesão da Fiocruz, tanto pelas suas características institucionais quanto pela credibilidade que desfruta junto a sociedade, extremamente importante. O evento contou com as presenças do presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, do vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, Valcler Rangel, do diretor da ENSP, Antônio Ivo de Carvalho, da presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro e superintendente Estadual dos Direitos da Mulher, da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Cecília Soares e da coordenadora do Grupo Direitos Humanos e Saúde da ENSP, Maria Helena Barros de Oliveira. Na ocasião, foi lançada uma cartilha sobre a Lei Maria da Penha e direitos das mulheres, elaborada pelo Grupo Direitos Humanos.



Pensando Gênero e Ciências



Estão abertas as inscrições para o II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências, que tem como tema "Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país". O evento acontecerá nos dias 24, 25 e 26 de junho, em Brasília. Esse encontro materializa os objetivos gerais do II Plano Nacional de Política para as Mulheres (II PNPM) no que diz respeito à promoção e fortalecimento

AGENDA

Debate sobre segurança pública em SP

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, estará neste sábado (16/5), em São Paulo, às 9h, no Hotel Golden Tulip Paulista Plaza (Alameda dos Santos 85, Jardim Paulista) fazendo a abertura de mais uma iniciativa "Mulheres - Diálogos sobre Segurança Pública", que acontecerá no fim de semana na cidade.



Brasil e Suriname debatem migração de mulheres I

A migração de mulheres do Brasil para o Suriname é o tema do encontro bi-nacional "Diálogos sobre a atenção à Migração Feminina entre o Brasil e o Suriname", que acontece de 14 a 15 de maio, no hotel Beira Rio, em Belém. É a primeira vez que se realiza um diálogo entre segmentos tão diversos dos dois países, buscando formas de atuar em conjunto para pensar estratégias e metodologias de atenção e abordagem as mulheres. O intenso fluxo de mulheres,

principalmente paraenses, que migram do Brasil para o Suriname, foi o motivador da realização da iniciativa. O objetivo do encontro é fortalecer a articulação das organizações governamentais e da sociedade civil organizada no Brasil e Suriname para promover ações integradas de atenção às mulheres migrantes entre os dois países. Representantes de vários ministérios e secretarias, além de organizações da sociedade civil brasileira e de 11 organizações surinamesas, entre ministérios e secretarias governamentais participam do evento.



Brasil e Suriname debatem migração de mulheres II

Durante os últimos oito meses, o evento foi preparado por um comitê de organizações da sociedade civil e dos governos federal e estadual, composto pela SPM, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, o Ministério Público Federal do Pará e as ONGs Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos), Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB). A estratégia de estreitamento entre o



Estão abertas as inscrições para o II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências, que tem como tema "Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país". O evento acontecerá nos dias 24, 25 e 26 de junho, em Brasília.

Esse encontro materializa os objetivos gerais do II Plano Nacional de Política para as Mulheres (II PNPM) no que diz respeito à promoção e fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão; ao estímulo à participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas; e à produção de conhecimentos nas áreas de gênero, ampliando o debate sobre as dimensões ideológicas do sexismo, lesbofobia e racismo em todas as áreas do conhecimento e desconstruindo estereótipos e representações em relação à violência de gênero. Mais informações pelo e-mail encontrogenero@spm.mulheres.gov.br ou pelo telefone (61) 3411-4244. [Veja a ficha de inscrição](#)



trabalho das organizações do Brasil e do Suriname foi uma das recomendações da Pesquisa Tri-nacional "Tráfico de Mulheres do Brasil e República Dominicana para o Suriname", lançada em maio do ano passado pela ONG Sodireitos, integrante da rede Aliança Global Contra Tráfico de Mulheres (Gaatw, na sigla em inglês). Ao final do encontro, será elaborado um documento final com recomendações propostas para a atuação nos dois países, no que se refere à atenção às mulheres migrantes, à responsabilização dos autores de crimes relacionados à migração e a ações de prevenção ao tráfico de pessoas.



ACONTECEU

Construção Civil

A ministra da SPM, Nilcéa Freire, participou no dia 30 de abril, no Guarujá, da aula inaugural do Curso de Qualificação na Construção Civil (Planseq). O evento foi realizado pela Confederação das Mulheres do Brasil (CMB). Cerca de 250 inscritos, em sua maioria mulheres, iniciaram os cursos de qualificação para gesso, elétrica, pintura e pedreira. Os cursos têm duração de 200 horas/aula divididos em duas etapas: 80

Páginas Amarelas I

horas de aulas teóricas e 120 horas de prática. O Planseq é um programa de qualificação profissional do Governo Federal, oferecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Este ano, o Planseq tem como público preferencial os beneficiários do Bolsa Família com o objetivo de promover sua qualificação e inserção profissional. Também estavam presentes à cerimônia, a prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito, a diretora de Ação Descentralizada do MTE, Maria Angélica Cruz, a presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, Rosmary Corrêa e a Presidente da Confederação de Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli, entre outras autoridades.



Pró-Equidade de Gênero em Salvador

No dia 23 de abril, em Salvador, mais de 40 órgãos da administração estadual participaram, na sede da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), de um encontro sobre o programa Pró-Equidade de Gênero, da SPM. O evento foi uma iniciativa do Comitê Pró-Equidade da Setre, que teve como objetivo sensibilizar outros órgãos a aderir ao programa nacional. A Setre é a única secretaria estadual do país, que recebeu o Selo Pró-

Na edição do dia 6 de maio, o Advogado-Geral da União, ministro José

Equidade de Gênero. Representando a SPM, a coordenadora da Área de Trabalho, Eunice de Moraes, destacou a importância do debate dentro das empresas e enfatizou como as pequenas ações podem contribuir para a mudança das relações de gênero dentro das organizações. "É necessário compreender que, em muitos casos, precisamos de mudanças sutis para conseguirmos grandes efeitos. Temos a experiência de uma empresa, que ao mudar as nomenclaturas dos cargos, as funcionárias passaram a se posicionar de outra forma, contribuindo para o avanço da organização", disse. Consciente de que a promoção da igualdade é uma política de governo, e também um dos eixos da Agenda Bahia do Trabalho Decente, o secretário do trabalho Nilton Vasconcelos assegurou que a participação da Setre no Programa Pró-Equidade de Gênero é o começo, mas que dentro em breve será o próprio governo a receber a certificação.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Antonio Toffoli, em entrevista às páginas amarelas da revista Veja, afirma que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) "aceita o aborto como uma forma de contracepção", ao ser questionado sobre a ocorrência da prática do aborto de forma clandestina. Ele também diz que sua opinião é muito

semelhante à dos ministros José Gomes Temporão, da Saúde, e Dilma Rousseff, da Casa Civil. "Nós consideramos que o aborto tem de ser visto como uma questão de saúde pública, não como um problema criminal. Isso é muito diferente da visão da Secretaria Especial de Política para as Mulheres", destacou.



Páginas Amarelas II

Em resposta, a Assessoria de Comunicação da SPM enviou a seguinte nota: "A respeito da entrevista do advogado-geral da União, José Antonio Toffoli (Amarelas, 6 de maio), a Assessoria de Comunicação desta Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República, informa que: 1) a SPM jamais defendeu o aborto como uma forma de contracepção. A referência a esse respeito, no curso da entrevista, nos surpreende e não traduz nenhuma manifestação nossa. É inteiramente equivocada, portanto; 2) ao contrário, já manifestamos publicamente em inúmeras ocasiões nossa divergência com esse ponto de vista, que também não representa os movimentos feminista e de mulheres; 3) nossa defesa sempre foi a de que o aborto tem de ser encarado como um grave problema de saúde pública e que a legislação brasileira não criminalize mulheres nem a própria temática do aborto; 4) o posicionamento da SPM sobre o tema também foi entregue em julho de 2005 ao Congresso Nacional sob a forma de relatório dos trabalhos da Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva do Aborto, por nós convocada e coordenada."A carta foi publicada na edição desta semana. [Leia a íntegra da carta.](#)



Cartas de repúdio

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o SOS Corpo enviaram cartas à revista Veja repudiando nota publicada na edição de 4 de maio, a propósito do anúncio feito pelo presidente Lula sobre a transformação da SPM e demais Secretarias Especiais em ministérios. A nota afirma que as Secretarias Especiais, criadas no governo Lula, são de menor relevância e atendem a "minorias". Leia a íntegra das cartas: [CFEMEA](#) e [SOS corpo](#).



Agressor escapa de processo I

A pedido da vítima, Justiça do DF arquiva caso em que homem era acusado de espancar e queimar o corpo da mulher grávida. Depois da violência, a vítima, pressionada pelo agressor, retirou a queixa. O Ministério Público entendeu que, ainda assim, o homem deveria ser julgado pelo crime de lesão corporal. Mas, agora, desembargadores entenderam que a continuidade da ação depende, sim, da vontade da vítima. A decisão contraria a Lei Maria da Penha. Fausto Rodrigues, promotor de Samambaia que cuidou do caso desde o início, também lamentou o resultado. Ele diz que vai recorrer para levar o processo ao Superior Tribunal de Justiça. "Há outros casos no STJ. Acredito que ainda este ano os ministros vão julgar todos juntos", explica o promotor. Fausto destaca que ainda há no Poder Judiciário forte resistência ao cumprimento da lei. "Muitos juízes insistem em fazer audiências de conciliação, procedimento errado. Persiste um conservadorismo e a mentalidade de que em briga de marido e mulher não se deve meter a colher", destaca o promotor.



Agressor escapa de processo II

Sob os olhos de quem trabalha com a violência contra a mulher, a decisão é vista com preocupação. A delegada-chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), Sandra Gomes Melo, acredita que o ciclo de violência vai continuar se outros casos forem julgados da mesma forma. Para ela, o grande mérito da Lei Maria da Penha foi justamente o de não permitir acordos e de tirar dos ombros da mulher a responsabilidade por decidir pelo processo contra o companheiro agressor. "Sabemos que o simples perdão da mulher não muda a personalidade da pessoa violenta. Na minha opinião, esse autor se sentirá mais poderoso e acabará convencendo a vítima a desistir do processo", comentou Sandra Gomes. A delegada afirmou que continuará a tratar os casos de agressão conforme previsto na Lei Maria da Penha. Ou seja,

uma vez registrada a queixa, a mulher não poderá retirá-la na delegacia. "O Estado precisa evitar que a mulher seja vítima de novas agressões. Toda vez que se tem uma decisão como essa, a aplicação da lei fica enfraquecida", encerrou.



Está na Lei: é pra valer!

Esse é o título do artigo da ministra Nilcéa Freire, publicado em 5 de maio no jornal Correio Brasiliense sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) ao arquivar definitivamente o processo do caso do homem que espancou e queimou o corpo da companheira grávida de seis meses.

[Leia a íntegra do artigo.](#)



Diálogos sobre segurança pública I



Captar o olhar feminino a respeito da violência urbana para incorporá-lo na formulação de políticas para a área de segurança pública é a proposta da iniciativa "Mulheres - Diálogos sobre Segurança Pública", lançada no dia 24 de abril, pela SPM, no Rio de Janeiro. O "Diálogos" é realizado em parceria com o UNIFEM, UNFPA e UNODOC, com o objetivo de traduzir a percepção das mulheres sobre as diferentes dimensões da violência e da segurança pública através da realização de um diálogo entre mulheres pertencentes a diferentes grupos e segmentos sociais. As discussões e propostas resultantes dos encontros serão a base de documentos descritivos, analíticos e de proposições que serão encaminhados à I Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), marcada para agosto, em Brasília.



Diálogos sobre segurança pública II

Até junho, serão promovidos encontros em sete cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Belém, Belo Horizonte e Canoas) reunindo um grupo de 30 mulheres de diferentes perfis - classe social, cor, idade e profissão. O primeiro encontro foi realizado no Rio e reuniu donas de casa, uma médica, duas ex-presidiárias, uma prostituta, uma pescadora, uma professora, uma socialite. Em seu discurso no lançamento dos Diálogos, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, destacou a importância de ouvir as vozes das mulheres e possibilitando que as mesmas tenham protagonismo nas discussões da CONSEG. Ela também destacou o papel de mediação social exercido pelas mulheres em diferentes dimensões da vida e da atividade humana. Nilcéa enfatizou ainda a intersecção entre as diferentes violências existentes na sociedade brasileira.



Diálogos sobre segurança pública III

Participaram do lançamento da iniciativa, além da ministra, a diretora da Rebouças e Associados, Nádia Rebouças, a coordenadora da primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, Regina Mike, os representantes da UNODC, Giovanni Quaglia e do UNFPA, Tais Freitas, a diretora da Academia de Política do Rio de Janeiro, delegada Inamara Costa, a coordenadora da Divisão de Polícia da Mulher, delegada Marta Rocha, a superintendente dos Direitos da Mulher do Estado, Cecília Soares, entre outras autoridades. O trabalho é realizado utilizando a metodologia de diálogos interativos, desenvolvido pelo físico David Bohm e adaptado pela consultora Nádia Rebouças que é a mediadora do evento. Todas as iniciativas serão acompanhadas por especialistas em violência e segurança pública, de diferentes áreas de formação e conhecimento, como psicólogos, filósofos, sociólogos e antropólogos, que vão produzir uma análise das

discussões.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br